



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 08 de fevereiro de 2017

1 Às 9h35, do dia 08 de fevereiro de 2017, no Auditório Capiba - Edifício Sede da
2 Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife,
3 Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 8ª Reunião
4 Extraordinária, para tratar da seguinte pauta: Composição das Câmaras Técnicas,
5 Gestão Democrática da Política Urbana e POT – Plano de Ordenamento Territorial.
6 Os nomes dos conselheiros presentes se encontram ao final desta Ata. Após verificar
7 o quórum com a presença de 26 conselheiros, atualmente o Conselho conta com 42
8 representantes, Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) declarou aberta a
9 plenária do Conselho. Informando que a ata da reunião anterior foi disponibilizada
10 para assinatura dos conselheiros e apresentou a pauta que foi informada
11 anteriormente, via site, e registrou, que ao final da reunião, seria lida uma nota de
12 pesar pelo falecimento do militante: Adelmo Araújo. Enfatizou a importância de se
13 definir uma agenda de reuniões para o Conselho e para as Câmaras Técnicas.
14 Informou que há dois planos de política urbana em discussão nas Câmaras Técnicas:
15 O Estudo de Impacto de Vizinhança – na Câmara de Planejamento e o Plano Local
16 de Habitação de Interesse Social - na Câmara de Habitação e Regularização
17 Fundiária. Lembrou que o Plano de Drenagem foi apresentado na plenária do
18 Conselho e que já pode ser discutido logo aconteça a instalação da Câmara de
19 Saneamento. Registrou que foi realizada uma pesquisa para subsidiar a implantação
20 dos BRTs na Av. Conde da Boa Vista, elaborada pelo Consórcio Grande Recife, que
21 pode ser objeto de discussão da Câmara de Mobilidade e Transporte Urbano, bem
22 como o produto da pesquisa origem destino, realizada ICPS/SEPLAN. Enfatizou
23 ainda, a importância de seguir a pauta já aprovada e de se discutir a agenda de
24 reuniões das Câmaras Técnicas. Ao finalizar a leitura da pauta, consultou-se a
25 plenária se haveria alguma questão a acrescentar. Não havendo sugestões, Antônio
26 Alexandre (Poder Público/SEPLAN) lembrou a importância do cumprimento do
27 horário das reuniões de modo a viabilizar a participação. Retomou a explicação sobre
28 a representação/composição das Câmaras Técnicas e afirmou que a participação é
29 aberta a todos os interessados. Explicou que a composição é uma regra que deve ser
30 mantida, sem impedimento das discussões. Reiterou a proposta de que as Câmaras
31 Técnicas reproduzem a composição do Conselho da Cidade formada por quatro
32 categorias de representação: 40% para o Poder Público; 26,7% para Entidades
33 Sindicais e de Categorias Profissionais, Movimentos Sociais e Populares; 13,3%
34 Empresários e 20% Entidades Profissionais, Acadêmicas, de Pesquisa, Conselhos
35 Profissionais e ONGs, cuja proporcionalidade, aplicada à regra de número inteiro,
36 eleva o total para; 4, 2, 1 e 2 respectivamente. Comentou que ainda faltam as
37 indicações das representações do Poder Público, pois a Prefeitura da Cidade do
38 Recife está passando por reforma administrativa. Lembrou mais uma vez, que a
39 participação é ampla, devendo apenas ser respeitada as composições, caso haja
40 alguma necessidade de decisão. Sobre essa questão, Leonardo Cisneiros (DU)
41 questionou a proporcionalidade das Câmaras Técnicas. Defendeu que houve
42 mudanças na VI Conferência e que essas devem refletir nas Câmaras Técnicas.
43 Argumentou que o limite de nove pessoas é estabelecido no Regimento do Conselho
44 e que a plenária pode mudar essa referência. A proposta é de arredondar os números
45 das representações dos movimentos sociais para cima e não os reduzir. Maria Lúcia

sempre sempre 1



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 08 de fevereiro de 2017

46 (MNLM) colocou a importância de se definir os representantes nas câmaras, já que é
47 o que importa no momento da votação. A participação é aberta, mas vale de fato a
48 representação, pois observa que a regra atual favorece ao Poder Público. Socorro
49 Leite (HABITAT) questionou a composição de algumas câmaras, pois aparecem com
50 dois representantes do Poder Público. E lembrou que o convite de reunião das
51 câmaras deve ser enviado com antecedência a todos os conselheiros, independente
52 de integrarem alguma Câmara ou não. Ela concordou, ainda, com Leonardo
53 Cisneiros (DU) em ampliar a representação dos movimentos sociais nas Câmaras
54 Técnicas. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) lembrou que o plenário do
55 Conselho é o espaço para encaminhar as proposições das Câmaras e releu a atual
56 composição, que é baseada no Regimento do Conselho. Afirmou que, se o Conselho
57 quiser mudar o Regimento, poderá, porém com o devido encaminhamento em data
58 posterior, contudo, no momento, o critério utilizado é de nove representantes para
59 cada Câmara Técnica, devendo ser considerada a proporcionalidade matemática
60 para definição de um número inteiro. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN)
61 indagou se Leonardo Cisneiros (DU) confirmava sua proposta, que foi ratificada por
62 ele, e abriu-se a discussão para as defesas das duas propostas e postas em votação.
63 O representante do Poder Público explicou que, na sua proposta, de número um, o
64 funcionamento das Câmaras não será prejudicado com a atual composição e o
65 representante dos Direitos Urbanos, autor da proposta dois, defendeu que o
66 arredondamento reduziu a representação dos movimentos sociais. Ressaltou que a
67 importância de representação serve para os dois lados, e nesse caso seria
68 interessante um número maior para a sociedade civil, visando à ampliação do debate
69 técnico. Lembrou que no Conselho, o Poder Público não é o dobro dos movimentos
70 sociais e que a proposta da mesa para as Câmaras Técnicas não reflete a
71 composição do Conselho. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) iniciou a
72 votação das propostas - número 1: 4 (quatro) representantes para o Poder Público, 2
73 (dois) para entidades sindicais de categorias profissionais, movimentos sociais e
74 populares, 1 (um) para empresários e 2 (dois) para entidades profissionais,
75 acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs, respeitando a proporção
76 de acordo com a Lei do Conselho da Cidade e número 2 (dois): 3(três) para o poder
77 público, 3 (três) para entidades sindicais de categorias profissionais, movimentos
78 sociais e populares, 1 (um) para empresários e 2 (dois) para entidades profissionais,
79 acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs. Resultado: proposta de
80 número 1 – 21 (vinte e um) votos e proposta número 2 – 11 (onze) votos, e nenhuma
81 abstenção. Leonardo Cisneiros (DU) questionou se as representações das Câmaras
82 seriam definidas nesta plenária e Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) sugeriu
83 que ao terminar a reunião, marcar-se a data da Câmara Técnica e buscar um
84 consenso de quem são as duas representações. Caso houvesse algum impasse, a
85 definição deveria ser repassada à plenária do Conselho. Tomando-se o segundo
86 ponto de pauta, Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) questionou se havia
87 algum encaminhamento sobre essa discussão, já tratada na reunião anterior. João
88 José (MLPC) ponderou que, as questões referentes às ZEIS, que são de interesse de
89 todos, fossem discutidas primeiro na Câmara Técnica para depois serem remetidas
90 ao Conselho. Leonardo Cisneiros (DU) lembrou que o tema se refere ao

2



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 08 de fevereiro de 2017

91 funcionamento do Conselho, sendo resultado de Resolução da 6ª Conferência da
92 Cidade do Recife. Alexandre Pachêco (CENDHEC) enfatizou que não há o que
93 debater, pois o tema é fruto da Resolução de Conferência, cabendo ao Conselho
94 definir como implementá-las. Leonardo Cisneiros (DU) sugeriu a formação de um
95 grupo de trabalho para elaborar as propostas de reformulação da legislação
96 pertinente. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) lembrou que a Conferência
97 abordou 6 (seis) áreas temáticas e que muitas das resoluções foram construídas de
98 forma consensual e, outras, foram polêmicas, mas que o Poder Público tem
99 posicionamento definido sobre elas. Sugeriu que o Poder Público apresentasse
100 formalmente na próxima reunião seus posicionamentos e se decidisse o que fazer.
101 Alexandre Pachêco (CENDHEC) refletiu sobre as dificuldades enfrentadas no
102 Conselho para construir pactos e consensos com as diferentes representações.
103 Concordou que essa discussão seja remetida para próxima reunião com a
104 apresentação do posicionamento da Prefeitura sobre as questões que não há
105 consenso. Eduardo Costa (ABIH/PE) solicitou que a matéria a ser discutida na
106 próxima reunião fosse enviada aos conselheiros com antecedência. Sandra Pires
107 (OAB) solicitou a definição de uma agenda prévia para o ano inteiro ou ao menos,
108 para o semestre. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) informou que duas
109 reuniões do Conselho estão agendadas. Sônia Pereira (APEC) solicitou a
110 comunicação prévia das reuniões, inclusive com o material a ser discutido. Antônio
111 Alexandre (Poder Público/SEPLAN) reforçou que as próximas reuniões em períodos
112 bimestrais já estão agendadas para o espaço do auditório. A proposta de agenda
113 para as reuniões ordinárias do Conselho é: dias 25 de abril e 27 de junho (últimas
114 terças dos respectivos meses) do corrente ano. Evidentemente terão as agendas das
115 Câmaras Técnicas e se houver necessidade, convocar as reuniões extraordinárias.
116 Informou que a SEPLAN encaminhará a agenda das Câmaras Técnicas para os
117 representantes do conselho, já na próxima semana. Lembrou que, para subsidiar as
118 discussões das câmaras poderá ser feita a apresentação do Plano Centro Cidadão,
119 que tem concluído o diagnóstico e as diretrizes para o ordenamento territorial no
120 Centro Continental da cidade. João José (MLPC) lembrou que tem dois momentos
121 importantes para o acompanhamento do Conselho: Plano Diretor e a Lei de Uso e
122 Ocupação do Solo. Sugeriu que seria mais interessante a mudança de espaço para
123 as reuniões do Conselho sem o formato de plenária. Leonardo Cisneiros (DU) sugeriu
124 que houvesse uma reunião extra para o mês de março, pois considerou grande a
125 quantidade de temas da pauta. Sugeriu, ainda, que a pauta fosse definida após a
126 discussão do Plano Diretor. Alexandre Pachêco (CENDHEC) falou que pela
127 experiência do Conselho Nacional e Estadual, a reunião do pleno do conselho tem
128 duas pautas, trata das questões trazidas pelos conselheiros e a pauta originada das
129 câmaras. A proposta é que as reuniões sejam realizadas em período de 8 horas, ou
130 seja, com os dois turnos, manhã e tarde. Fernando Alcântara (ICPS) sugeriu que os
131 conteúdos a serem apresentados sejam remetidos anteriormente para os
132 conselheiros, pois dará condição ao conselheiro ser mais propositivo. Alexandre
133 Pachêco (CENDHEC) perguntou se há definição de uma pauta para a próxima
134 reunião e questionou sobre que tipo de material que será apresentado, sendo
135 esclarecido por Norah Neves (Poder Público/URB), que informou o repasse, via email

PCC

41
LC

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]
Sergio Santos

3

[Handwritten signature]

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 08 de fevereiro de 2017

136 do material das apresentações antes da reunião. Lembrou que o material discutido
137 nas câmaras também já é disponibilizado. Concordou com João José (MLPC) sobre o
138 formato da reunião, pois o debate seria melhor em uma mesa redonda. Leonardo
139 Cisneiros (DU) sugeriu o Teatro Hermilo Borba Filho e enfatizou que no ano passado
140 ocorreram muita apresentação e pouca discussão. Sugeriu que as apresentações
141 poderiam ser feitas nas Câmaras Técnicas ou em audiências públicas. Sônia Pereira
142 (APEC) concordou com Leonardo Cisneiros (DU), afirmou que o número de reuniões
143 por ano é baixo. Sugeriu a realização de duas audiências públicas para aproximar o
144 Conselho da população. Considerou, ainda que o espaço também pudesse ser
145 melhor. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) propôs como encaminhamento a
146 seguinte proposta: realizar uma reunião na terceira semana de março. Expôs sobre a
147 dificuldade de recursos para se locar espaço, que não pertença à Prefeitura do
148 Recife. Ponderou que o auditório comporta este tipo de reunião, considerando o
149 número de participantes. Sugeriu uma reunião específica para apresentação da
150 pesquisa de Origem e Destino do Plano de Mobilidade antes da próxima reunião do
151 Conselho. Outra reunião poderia acontecer para apresentar o diagnóstico do Centro
152 Cidadão. Socorro Leite (HABITAT) questionou, considerando que esse tipo de
153 apresentação poderia ser pauta da Câmara Técnica. Antônio Alexandre (Poder
154 Público/SEPLAN) colocou que a proposta de apresentação em reunião específica
155 não invalida a discussão na câmara, enfatizado que na câmara a discussão se dará
156 de forma mais detalhada. Giancarlo Lírios (MLRT) colocou como tema importante
157 para o conselho, a mudança da Lei Orgânica, pelo fato do Conselho não ser
158 deliberativo. Sabrina Machry (AMECICLO) sugeriu que se realizasse audiência
159 pública, discussão na câmara e a reunião ordinária do Conselho. Antônio Alexandre
160 (Poder Público/SEPLAN) retomou enfatizando que a agenda prevista atende à
161 expectativa dos conselheiros, ou seja, até 25 de abril reuniões das câmaras técnicas,
162 apresentação dos planos específicos e reunião ordinária do Conselho. Tomando-se o
163 terceiro ponto de pauta, o Plano de Ordenamento Territorial, Antônio Alexandre
164 (Poder Público/SEPLAN) informou que a Prefeitura realizou uma operação de
165 financiamento com o Banco Mundial, gerando uma contratação para dar suporte aos
166 estudos. Sabe-se que o Estatuto das Cidades, o próprio Plano Diretor e a Lei
167 Orgânica do Recife, recomendam processos participativos envolvendo o Conselho da
168 Cidade. No momento, a etapa de contratação dos planos, se encontra em cláusulas
169 de confidencialidade, devendo posteriormente ser aberta à discussão para o
170 Conselho. Leonardo Cisneiros (DU) questionou sobre qual objeto que está sendo
171 contratado pela Prefeitura do Recife. Destacou que a participação do Conselho deve
172 ocorrer desde a definição dos planos que serão acordados. Enfatizou que o Conselho
173 deve estar presente na fase inicial dos estudos. Antônio Alexandre (Poder
174 Público/SEPLAN) esclareceu que está em curso uma contratação pelo Poder
175 Executivo Municipal com o Banco Mundial para contratação dos requisitos técnicos
176 para instalar o processo de elaboração dos planos. Leonardo Cisneiros (DU)
177 questionou sobre as regras do banco, pois a lei de licitação admite, mas não quer
178 dizer que tenha que realmente seguir. Enfatizou que o Plano Diretor requisita o
179 processo participativo. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) colocou que no
180 momento não se está contratando o Plano Diretor, pois ele será construído de forma

4





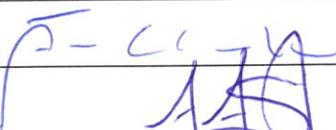
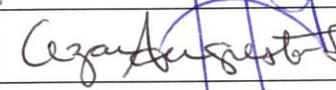
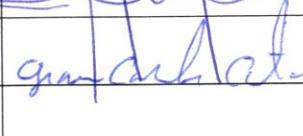
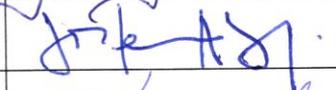
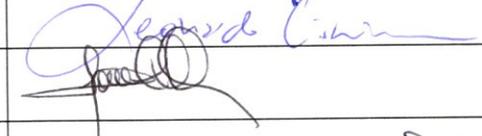
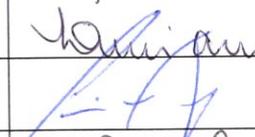
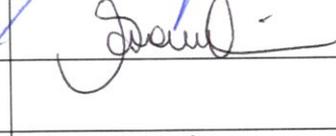
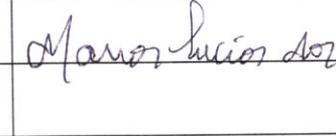
CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 08 de fevereiro de 2017

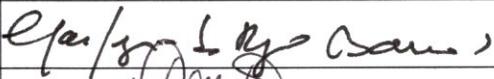
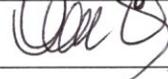
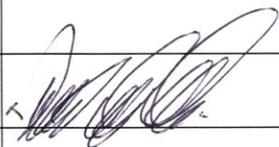
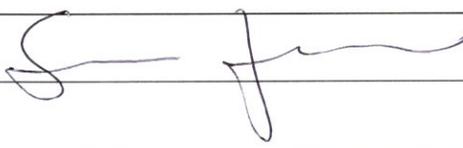
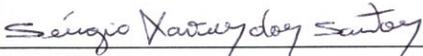
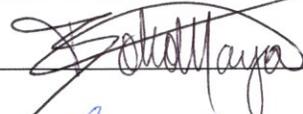
181 participativa. O Poder Executivo está contratando empresa com os requisitos técnicos
182 apropriados, para ampliar e aperfeiçoar a capacidade de prover esse debate.
183 Alexandre Pachêco (CENDHEC) enfatizou que a construção do processo para
184 definição do Plano Territorial deveria ser feito com a participação do Conselho, pois
185 se está criando capacidade técnica para gerar algum produto e não se sabe quais os
186 critérios definidos para orientar esse tipo de construção. No momento, não há a
187 construção de pactos para elaboração dos planos. Sabe-se que a gestão participativa
188 gera legitimidade, quando não ocorre, gera enfrentamento. Ângela Carneiro (CAU)
189 registrou que todas as vezes que se falar do POT ou de Planos Diretores de Cidades
190 como Recife, lembrar que o Estatuto das Cidades é de 2001 e, posteriormente, em
191 2015, tem-se o Estatuto da Metrópole. Relata que algumas cidades da região
192 metropolitana do Recife estão fazendo seu Plano Diretor isoladamente, mas o
193 problema está na cidade-metrópole, Recife. Esta visão deve vir primeiro, porque não
194 é possível fazer plano de mobilidade se não levar em consideração da Lei Federal de
195 2015, se não tiver ao menos, constituído um consórcio metropolitano. Deixou claro
196 que a visão de metrópole deve constar na elaboração desses planos e gostaria que
197 fosse introduzida na discussão do município sobre este processo. André Callou
198 (ADEMI/PE) enfatizou a opinião de Ângela Carneiro (CAU) e informa que a ADEMI
199 vem provocando uma discussão desde o ano passado sobre este tema com vários
200 poderes públicos municipais. Gostaria que até o final do ano estivesse com as
201 estruturas montadas. Antônio Alexandre (Poder Público/SEPLAN) também
202 compartilhou a dificuldade de se discutir o plano metropolitano sem o Recife.
203 Lembrou que a ADEMI e o CAU tem como bandeira a discussão metropolitana. Renê
204 Guedes (Centro Cultural Alcance do Coque) observou que não viu a integração do
205 PREZEIS nas discussões efetuadas e que se deveria pensar a cidade com respaldo
206 nessa discussão garantida na Lei Orgânica. Argumentou que, geralmente, quando se
207 pensa em plano para a cidade, esquecem os locais periféricos e as pessoas não
208 participam. Alexandre Pachêco (CENDHEC) destacou que o plenário é um espaço de
209 acompanhamento e propôs que esse tema específico fosse um ponto de pauta
210 constante nas reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e que se mantivesse
211 este plenário informado dos avanços, retrocessos, do processo. Antônio Alexandre
212 (Poder Público/SEPLAN) encaminhou a proposta de considerar o POT como agenda
213 permanente do Conselho, sendo aprovada por unanimidade. Ao finalizar leu a nota
214 de pesar pelo falecimento do companheiro Adelmo Barros Araújo. Perguntou se
215 alguém teria algo a acrescentar. João José (MLPC) falou: - "Adelmo, presente!" A
216 nota foi aprovada para divulgação no site do Conselho da Cidade. A reunião foi
217 encerrada às 11h 27. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria Socorro Cavalcanti,
218 lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 08 de
219 fevereiro de 2017.
220

Alexandre Henrique Queiroz Pachêco (CENDHEC)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público / SISUR)	

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 08 de fevereiro de 2017

André Callou da Cruz (ADEMI/PE)	
Ângela Carneiro (CAU)	
Antônio Alexandre da Silva Júnior (Poder Público/SEPLAN)	
Cezar Augusto Saraiva (Poder Público / ICPS)	Cezar Augusto Saraiva
Degenildo Trajano (PREZEIS)	Degenildo Trajano
Eduardo Costa Cavalcanti (ABIH/PE)	
Élida Santos (Poder Público/EMLURB)	
Eugênia Simões (Poder Público/SAJ)	
Fernando Alcântara (Poder Público / ICPS)	
Giancarlo Lírios (MLRT)	Giancarlo Lírios
Gustavo Alberto Cocentino de Miranda (SINDUSCON/PE)	
Joana Maria da Silva (CRP/PE)	
João Domingos (Poder Público/ICPS)	
João José Silva (MLPC)	João José Silva
José Fernandes Alves de Carvalho Júnior (Poder Público/ICPS)	
Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos)	
Lorena Correia Veloso (Poder Público/DPPC)	
Luciana Maria Félix de Queiroz Rio (Poder Público/SESAN)	Luciana Maria Félix de Queiroz Rio
Luciano Ferraz Araújo (Poder Público/ICPS)	
Maria Cecília (Poder Público / DPPC)	
Maria Helena Pereira (Poder Público/ICPS)	
Maria Lúcia da Silva (MNLM)	Maria Lúcia da Silva
Maurício Guerra (Poder Público/SEMAS)	

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 08 de fevereiro de 2017

Maurício Pina (Poder Público / Grande Recife)	
Noé Barros (IAB/PE)	
Norah Neves (Poder Público/URB)	
Oswaldo Alexandre Celestino de Amorim (CMP/PE)	
Pedro Pereira Cavalcante Filho (SINAENCO)	
Renata Lucena (Poder Público/SEHAB)	
Roberto Lemos Muniz (SINAENCO)	
Reneudo Guedes da Silva (Centro Cultural Alcance do Coque)	
Sabrina Machry (AMECICLO)	
Sandra Pires (OAB)	
Sandro Ricardo (ADEMI/PE)	
Sérgio Campelo (Poder Público/SEGOV)	
Sérgio Xavier (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental)	
Socorro de Paula Barbosa Rodrigues Leite (HPH Brasil)	
Sônia Pereira da Silva (APEC)	
Tarciana Maria Sotto-Mayor (Poder Público/CTTU)	
Tatiana Roberta Pires (Associação Progredir Vidas)	
Ubiratan Silva (UNMP)	